



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO N.º 47, DE 2019

(Da Sra. Talíria Petrone)

Recurso contra o indeferimento imediato do pedido de vista ao parecer da PEC 410/2018 na Comissão de Constituição e Justiça.

DESPACHO:

À PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA, PARA SE MANIFESTAR NO PRAZO DE 3 (TRÊS) SESSÕES. PUBLIQUE-SE.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Com fundamento nos artigos 51 e 57, inciso XVI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresento o presente **RECURSO** contra a decisão em questão de ordem proferida pelo Deputado Felipe Francischini, que indeferiu de imediato o pedido de vista feito pelas Deputadas Talíria Petrone e Maria do Rosário e determinou a leitura do parecer da Relatora à PEC 410/2018.

O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, deputado Felipe Francischini, na condução dos trabalhos da Comissão na data de hoje, 16 de outubro de 2019, não só cerceou a palavra de parlamentares opositores, como ignorou o Regimento Interno na Câmara dos Deputados, ao determinar a leitura do parecer da Deputada Caroline de Toni acerca da PEC 410/2018.

Tão logo anunciado o item, portanto, no prazo regimental, as deputadas Talíria Petrone e Maria do Rosário solicitaram vistas do processo que inclui a análise da PEC 410/2018. No entanto, o Sr. Presidente em inegável afronta aos artigos 51 e 57, inciso XVI, afirmou que como o relatório não havia sido disponibilizado no sistema pela Relatora, não caberia pedido de vista. No entanto, o inciso XVI do artigo 57 do Regimento Interno é cristalino ao estabelecer que a vista é do **processo** e não do **parecer** do relator ao projeto. Logo, uma vez pautado e anunciado o item, a vista do processo, se solicitada, deve ser concedida de imediato.

Art. 57. No desenvolvimento dos seus trabalhos, as Comissões observarão as seguintes normas:

XVI – ao membro da Comissão que pedir vista **do processo**, será concedida esta por duas sessões, se não se tratar de matéria em regime de urgência; quando mais de um membro da Comissão, simultaneamente, pedir vista, ela será conjunta e na própria Comissão, não podendo haver atendimento a pedidos sucessivos.

Tanto a vista é do processo, nos termos da literalidade do próprio Regimento, e não do parecer do Relator, que nos casos em que há complementação de voto ou novo parecer, não há, na mesma legislatura,

deferimento de novo pedido de vista, vez que essa já foi concedida. A vista é do processo, da matéria.

Em que pese o acordo de procedimentos adotado pela Comissão referir-se, em seu art. 13º, a *parecer*, argumento utilizado pelo Presidente da Comissão, é cediço que acordo de procedimentos, por força do próprio Regimento Interno da Casa, não pode sobrepor-se a normas regimentais.

Ora, Presidente, se o relator se nega à, democraticamente, disponibilizar seu relatório para o colegiado da Comissão, como foi o caso, não só os parlamentares são impedidos de conhecer o conteúdo do texto como também têm cerceado seu direito à imediata concessão do pedido de vistas. Ainda mais grave no caso em tela, tratando-se de Proposta de Emenda à Constituição que visa alterar o art. 5º da Constituição Federal, berço de cláusulas pétreas, direitos e garantias fundamentais.

Assim sendo, solicitamos o deferimento do presente Recurso para que seja restabelecido o respeito às normas regimentais, a fim de se reconhecer que a vista deve ser deferida, tão logo anunciado o item, de imediato, ainda que seja antes da leitura do parecer pelo Relator.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2019.

TALIRIA PETRONE
PSOL/RJ

MARIA DO ROSÁRIO
PT/RS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 410, DE 2018

(Do Sr. Alex Manente e outros)

Altera o inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal para prever que ninguém será considerado culpado até a confirmação de sentença penal condenatória em grau de recurso.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.

.....

LVII – ninguém será considerado culpado até a confirmação de sentença penal condenatória em grau de recurso. (NR)

.....

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988 estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória – ou seja, o indivíduo tem assegurado o direito de permanecer em liberdade até que não caiba mais recurso e a sentença se torne definitiva.

O princípio da presunção da inocência é uma garantia constitucional e processual penal que sempre esteve presente nas constituições brasileiras. Os precedentes de tal princípio nos moldes do texto constitucional atual, no entanto, merecem ser elucidados para que possamos

compreender a sua real dimensão.

A Constituição de 1967 previa que ninguém seria preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente, nos casos expressos em lei. Porém, durante o período do Regime Militar (que vigorou entre 1964 e 1985) o texto constitucional da época sofreu várias alterações pelos chamados “Atos Institucionais”.

A medida mais notável e drástica tomada pelos militares na época foi a edição do “Ato Institucional nº 5”, que excluía do regime processual penal o princípio da presunção de inocência, e incluía a presunção da culpabilidade do acusado. Neste Ato, estava previsto que garantia do habeas corpus ficaria suspensa.

(“Art. 10 Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.”)

Tendo em vista que qualquer atitude reprovada pelos militares era considerada crime político, este artigo se estendia a toda e qualquer pessoa que manifestasse descontentamento ou divergência com o regime. Os direitos e garantias individuais existiam no texto constitucional; porém o regime de governo os ignorava.

O ápice do regime ditatorial ocorreu com a promulgação da Emenda Constitucional nº 1 de 1969, que alterava integralmente o texto da Constituição Anterior. No artigo 181, a emenda previa que todos os atos do governo ficavam aprovados e excluídos da apreciação judicial. Ainda que os direitos e garantias fundamentais relacionados à presunção de não culpabilidade fossem mantidos no texto da Constituição, as forças repressivas desconsideravam tais limites e, com base no artigo 181, medidas repressivas não estavam submetidas à apreciação do Poder Judiciário.

O período no qual a sociedade brasileira viveu sob a intensa repressão do regime militar trouxe inúmeras perseguições políticas, tragédias sociais e familiares, feridas muito difíceis de cicatrizar no seio da sociedade e no âmbito íntimo dos cidadãos. A necessidade de inserir garantias processuais contra prisões e condenações arbitrárias no primeiro texto constitucional da redemocratização tornou-se premente para a sociedade e para seus representantes na Assembleia Constituinte de 1987.

É nesse estágio da história, Nobres Parlamentares, que encontramos os reais fundamentos e motivações para que o princípio da presunção de inocência fosse incluído no atual texto constitucional com um caráter extremamente garantidor de direitos.

Passados anos de repressão, a sociedade exigia e o Parlamento necessitava demonstrar que ninguém seria considerado culpado sem o devido processo legal, perante autoridade judiciária competente e imparcial. E mais, necessitava deixar claro que o condenado poderia lançar mão de todos os recursos jurídicos possíveis para provar sua inocência.

Promulga-se então a Constituição Federal de 1988, com o princípio da presunção de inocência contido no Capítulo dos Direitos e Garantias individuais e coletivos; mais precisamente, no inciso VII do art. 5º: “*ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;*”

Compreensível, por termos saído recentemente de uma época de terror e perseguição, que a Constituição da redemocratização garantisse a não-culpabilidade até a decisão do último recurso juridicamente possível.

No entanto, devemos admitir que, passados quase 30 anos, o momento social e o regime político-constitucional em que vivemos tornou-se diferente. Com muito esforço, a sociedade brasileira caminhou no sentido de exigir transparência e garantia de seus direitos no âmbito social e político; as instituições políticas, por sua vez, tornaram-se mais sólidas e confiáveis.

A democracia brasileira amadureceu. As instituições funcionam perfeitamente; com autonomia e dentro dos limites constitucionais. O Poder Judiciário é independente, não sofre influência daqueles que estão no poder. Não vigoram, portanto, os motivos determinantes que levaram os Constituintes a adotar norma extrema que, na prática, desconsidera a independência dos magistrados de instâncias inferiores.

Para atualizar o texto constitucional – e em um ponto que é extremamente importante para a consolidação da confiança da sociedade brasileira nas instituições políticas – apresentamos a presente proposta de emenda à constituição, para prever que ninguém será considerado culpado até a confirmação da sentença penal condenatória em grau de recurso.

Acreditamos que o princípio da presunção de inocência já está garantido pois, no processo penal, é dever da acusação trazer provas para a condenação do acusado. Mesmo com provas suficientes para a condenação em primeira instância, ainda assim o réu poderá recorrer pela reforma da decisão. E é nesse momento – no grau de recurso – que se encerra a análise de fatos e provas que assentaram a culpa do condenado. Os recursos cabíveis da decisão de segundo grau, ao STJ ou STF, não se prestam a discutir fatos e provas, mas apenas matéria de direito. Portanto, mantida a sentença condenatória, estará autorizado o início da execução da pena.

Devemos ressaltar que, até 2009, o STF entendia que a presunção da inocência não impedia a execução de pena confirmada em segunda instância. No ano citado, em julgamento de *habeas corpus*, a Corte alterou a jurisprudência e passou a condicionar a execução da pena ao trânsito em julgado da condenação, mas ressalvava a possibilidade de prisão preventiva. No entanto, houve mudança nesse entendimento novamente, no ano de 2016, e voltou-se a permitir o cumprimento de sentença penal condenatória após confirmação em grau de recurso.

Na esteira da atual jurisprudência do STF e favorecendo o cumprimento de sentença após o julgamento em segunda instância, o direito alemão adota o entendimento a favor da execução de sentenças condenatórias mesmo nos casos em que não haja trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que hajam evidência da culpa do acusado no ato investigado.

Destacamos também a doutrina argentina sobre o tema, a qual estabelece, no artigo 18 da Constituição Nacional de 1853, que nenhum cidadão poderá ser apenado sem a realização de um juízo prévio fundado em lei. Em que pese o dispositivo supracitado, o fato é que na Argentina o cumprimento da pena pode ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Entendemos caber ao Parlamento, como constituinte derivado reformador, atualizar princípios e garantias constitucionais, bem como pacificar, pela alteração constitucional, decisões judiciais tomadas nos mais diversos sentidos.

Por todo o exposto, exorto aos nobres colegas a proceder ao reexame lúcido e sereno desta proposta de emenda constitucional, a fim de que possamos realizar o debate necessário acerca do tema na Casa.

27 MAR. 2018

Deputado Alex Manente
PPS/SP



CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55^a Legislatura 2015-2019)

Página: 1 de 5

Proposição: PEC 0410/18

Autor da Proposição: ALEX MANENTE E OUTROS

Data de Apresentação: 27/03/2018

Ementa: Altera o inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal para prever que ninguém será considerado culpado até a confirmação de sentença penal condenatória em grau de recurso.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	177
Não Conferem	000
Fora do Exercício	000
Repetidas	017
Ilégitimas	000
Retiradas	001
Total	195

Confirmadas

1	ADAIL CARNEIRO	PP	CE
2	ADALBERTO CAVALCANTI	AVANTE	PE
3	ADELMO CARNEIRO LEÃO	PT	MG
4	ADELSON BARRETO	PR	SE
5	ADEMIR CAMILO	PODE	MG
6	AELTON FREITAS	PR	MG
7	AFONSO HAMM	PP	RS
8	ALBERTO FILHO	PMDB	MA
9	ALBERTO FRAGA	DEM	DF
10	ALCEU MOREIRA	PMDB	RS
11	ALEX CANZIANI	PTB	PR
12	ALEX MANENTE	PPS	SP
13	ALFREDO KAEFER	PSL	PR
14	ALUISIO MENDES	PODE	MA
15	ANDRÉ ABDON	PP	AP
16	ANDRÉ DE PAULA	PSD	PE
17	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
18	ARNALDO JORDY	PPS	PA
19	ÁTILA LIRA	PSB	PI
20	AUGUSTO CARVALHO	SD	DF
21	BACELAR	PODE	BA
22	BEBETO	PSB	BA
23	BENITO GAMA	PTB	BA

24	BETINHO GOMES	PSDB	PE
25	BETO MANSUR	PRB	SP
26	BETO ROSADO	PP	RN
27	BILAC PINTO	PR	MG
28	BRUNNY	PR	MG
29	CABO DACIOLLO	AVANTE	RJ
30	CABUÇU BORGES	PMDB	AP
31	CAJAR NARDES	PODE	RS
32	CARLOS ANDRADE	PHS	RR
33	CARLOS EDUARDO CADOCÀ	PDT	PE
34	CARLOS HENRIQUE GAGUIM	PODE	TO
35	CARLOS MELLES	DEM	MG
36	CELSO MALDANER	PMDB	SC
37	CÉSAR HALUM	PRB	TO
38	CESAR SOUZA	PSD	SC
39	CHRISTIANE DE SOUZA YARED	PR	PR
40	COVATTI FILHO	PP	RS
41	CRISTIANE BRASIL	PTB	RJ
42	DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB
43	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
44	DANIEL COELHO	PSDB	PE
45	DIEGO GARCIA	PODE	PR
46	DILCEU SPERAFICO	PP	PR
47	DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG
48	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
49	EDUARDO BOLSONARO	PSL	SP
50	EDUARDO CURY	PSDB	SP
51	EFRAIM FILHO	DEM	PB
52	ELIZIANE GAMA	PPS	MA
53	EROS BIONDINI	PROS	MG
54	ESPERIDIÃO AMIN	PP	SC
55	EVAIR VIEIRA DE MELO	PV	ES
56	EVANDRO ROMAN	PSD	PR
57	EZEQUIEL FONSECA	PP	MT
58	FÁBIO MITIDIERI	PSD	SE
59	FÁBIO REIS	PMDB	SE
60	FÁBIO TRAD	PSD	MS
61	FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	PDT	BA
62	FERNANDO MONTEIRO	PP	PE
63	FLAVINHO	PSC	SP
64	GEORGE HILTON	PSB	MG
65	GEOVANIA DE SÁ	PSDB	SC
66	GERALDO RESENDE	PSDB	MS
67	GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SP
68	GIUSEPPE VECCI	PSDB	GO
69	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
70	GOULART	PSD	SP
71	HÉLIO LEITE	DEM	PA
72	HERÁCLITO FORTES	DEM	PI

73	HERCULANO PASSOS	PSD	SP
74	HILDO ROCHA	PMDB	MA
75	HIRAN GONÇALVES	PP	RR
76	IZALCI LUCAS	PSDB	DF
77	JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP
78	JOÃO CAMPOS	PRB	GO
79	JOÃO DERLY	REDE	RS
80	JOAQUIM PASSARINHO	PSD	PA
81	JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP
82	JORGINHO MELLO	PR	SC
83	JOSE STÉDILE	PSB	RS
84	JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA
85	JÚLIA MARINHO	PSC	PA
86	JÚLIO CESAR	PSD	PI
87	JÚLIO DELGADO	PSB	MG
88	JULIO LOPES	PP	RJ
89	JUNIOR MARRECA	PEN	MA
90	JUNJI ABE	PSD	SP
91	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
92	KEIKO OTA	PSB	SP
93	LAERTE BESSA	PR	DF
94	LAURA CARNEIRO	DEM	RJ
95	LÁZARO BOTELHO	PP	TO
96	LOBBE NETO	PSDB	SP
97	LUANA COSTA	PSB	MA
98	LUCAS VERGILIO	SD	GO
99	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS
100	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
101	LUIZ CARLOS RAMOS	PODE	RJ
102	LUIZ CLÁUDIO	PR	RO
103	LUIZ FERNANDO FARIA	PP	MG
104	LUIZ LAURO FILHO	PSB	SP
105	MACEDO	PP	CE
106	MAIA FILHO	PP	PI
107	MAJOR OLIMPIO	SD	SP
108	MANDETTA	DEM	MS
109	MARCELO AGUIAR	DEM	SP
110	MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO	PSL	MG
111	MARCIO ALVINO	PR	SP
112	MÁRCIO MARINHO	PRB	BA
113	MARCO TEBALDI	PSDB	SC
114	MARCOS ABRÃO	PPS	GO
115	MARCOS ROGÉRIO	DEM	RO
116	MARCUS VICENTE	PP	ES
117	MÁRIO HERINGER	PDT	MG
118	MÁRIO NEGROMONTE JR.	PP	BA
119	MAURO PEREIRA	PMDB	RS
120	MIGUEL LOMBARDI	PR	SP
121	MILTON MONTI	PR	SP

122	MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO	DEM	SP
123	MOSES RODRIGUES	PMDB	CE
124	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
125	NILTON CAPIXABA	PTB	RO
126	ONYX LORENZONI	DEM	RS
127	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
128	OTAVIO LEITE	PSDB	RJ
129	PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG
130	PAULO FEIJÓ	PR	RJ
131	PAULO FREIRE	PR	SP
132	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
133	PEDRO CUNHA LIMA	PSDB	PB
134	PEDRO PAULO	PMDB	RJ
135	POLLYANA GAMA	PPS	SP
136	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
137	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE	DEM	TO
138	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
139	RAQUEL MUNIZ	PSD	MG
140	RICARDO IZAR	PP	SP
141	RICARDO TEOBALDO	PODE	PE
142	ROBERTO ALVES	PRB	SP
143	ROBERTO DE LUCENA	PODE	SP
144	ROBERTO FREIRE	PPS	SP
145	ROBERTO SALES	PRB	RJ
146	RODRIGO MARTINS	PSB	PI
147	ROGÉRIO ROSSO	PSD	DF
148	RONALDO FONSECA	PROS	DF
149	RONALDO LESSA	PDT	AL
150	RONALDO MARTINS	PRB	CE
151	RÔNEY NEMER	PP	DF
152	ROSANGELA GOMES	PRB	RJ
153	RUBENS BUENO	PPS	PR
154	SANDES JÚNIOR	PP	GO
155	SANDRO ALEX	PSD	PR
156	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
157	SÉRGIO BRITO	PSD	BA
158	SÉRGIO SOUZA	PMDB	PR
159	SÉRGIO VIDIGAL	PDT	ES
160	SEVERINO NINHO	PSB	PE
161	SILVIO TORRES	PSDB	SP
162	SÓSTENES CAVALCANTE	DEM	RJ
163	STEFANO AGUIAR	PSD	MG
164	TONINHO PINHEIRO	PP	MG
165	VAIDON OLIVEIRA	PROS	CE
166	VALADARES FILHO	PSB	SE
167	VALDIR COLATTO	PMDB	SC
168	VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PMDB	PB
169	VINICIUS CARVALHO	PRB	SP
170	WALTER IHOSHI	PSD	SP

171	WELITON PRADO	PROS	MG
172	WEVERTON ROCHA	PDT	MA
173	WILSON FILHO	PTB	PB
174	ZÉ CARLOS	PT	MA
175	ZÉ GERALDO	PT	PA
176	ZÉ SILVA	SD	MG
177	ZENAIDE MAIA	PR	RN

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 411, DE 2018

(Do Sr. Onyx Lorenzoni e outros)

Altera o inciso LVII do artigo 5º da Constituição da República, dispondo sobre o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PEC-410/2018.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do artigo 60, da Constituição da República, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º O inciso LVII do artigo 5º da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.....

.....

LVII – ninguém será considerado culpado até o esgotamento da jurisdição perante o Tribunal de segunda instância;

a) a condenação de primeiro grau, mantida em apelação perante o segundo grau de jurisdição, inverte a presunção de inocência;

b) encerrada a jurisdição do Tribunal de segundo grau, o réu deverá iniciar imediatamente o cumprimento da pena determinada, sem prejuízo dos recursos cabíveis à superior instância; ” (NR).

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem por objetivo consolidar o entendimento sobre a denominada “ *prisão em segunda instância*”, dando a esta uma devida base constitucional, dirimindo eventuais dúvidas sobre o entendimento do constituinte originário em relação ao tema.

O disposto pelo inciso LVII, do artigo 5º, da Constituição da República, tem sido objeto de inúmeras discussões semânticas sobre o real entendimento e os limites

da presunção de inocência para efeitos de início de cumprimento de pena, muito embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido mudar sua jurisprudência e passar a permitir que, depois de decisões de segundo grau que confirmem condenações criminais, a pena de prisão já possa ser executada.

A partir da promulgação da Constituição da República, em 1988, o entendimento do Supremo Tribunal Federal era pela possibilidade de prisão após condenação em segundo grau de jurisdição.

Em 2010, o Plenário da Suprema Corte passou a ter o entender que a Constituição Federal é literal na redação do inciso LVII do artigo 5º, onde encontra-se determinado que “*ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória*”.

Por essa leitura, de fato, levando em conta o princípio da literalidade da norma, a prisão só pode ser feita com o trânsito em julgado, ou exame de todos recursos da defesa ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; não sendo possível a execução de pena até a análise final de todos os recursos interpostos.

Em 2016, o STF, alterando o entendimento anterior, inaugurou jurisprudência e passou a permitir que, depois de decisões de segundo grau que confirmem condenações criminais, a pena de prisão já pudesse ser executada.

Na ocasião, o entendimento da maioria dos Ministros foi de que, uma vez que a fase de análise de provas e de materialidade se esgota na segunda instância, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça e ao próprio STF apenas as discussões de direito, e não aquelas fático-probatórias, a pena já pode ser executada após a decisão no segundo grau; não havendo aí qualquer ofensa ao princípio da presunção de inocência.

Favoráveis ao cumprimento da pena de prisão após o julgamento em segundo grau manifestaram-se, na ocasião, os ministros Luiz Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármem Lúcia e Gilmar Mendes; sendo vencidos os ministros Rosa Weber, Marco Aurélio, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

Em linhas gerais, tal decisão da Corte Suprema consolidou o entendimento de que a condenação de primeiro grau, uma vez confirmada em segunda instância, teria o condão de inverter a presunção de inocência, ou seja, após o cotejo de provas, com a confirmação da autoria e materialidade do delito, e o julgamento em dois graus jurisdicionais, a presunção passaria a ser de culpabilidade, mesmo cabíveis recursos em instâncias superiores; o que, na prática, impediria o manejo de sucessivos recursos protelatórios, fragilizando a persecução penal e garantindo, muitas vezes, a impunidade.

Existe um forte entendimento no meio jurídico de que a prisão após o julgamento em segundo grau de jurisdição está de acordo com os Direitos Humanos no âmbito internacional, o que é referendado pela análise dos diversos acordos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário;

como, por exemplo, o Convenção Americana de Direitos Humanos, ou Pacto de São José da Costa Rica, que não restringe nos dispositivos pertinentes ao tema, em momento algum, a execução da pena:

"Artigo 7. Direito à liberdade pessoal

6. Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura se a prisão ou a detenção forem ilegais. Nos Estados Partes cujas leis preveem que toda pessoa que se vir ameaçada de ser privada de sua liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente a fim de que este decida sobre a legalidade de tal ameaça, tal recurso não pode ser restrinido nem abolido. O recurso pode ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa." (Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos - San José de Costa Rica - 22.11.1969 - ratificada pelo Brasil em 25.09.1992).

Da mesma forma, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 16/12/1966, do qual o Brasil é igualmente signatário, inexiste óbice à prisão a partir, inclusive, da primeira instância, conforme preceitua seu artigo 94:

"ARTIGO 94. Qualquer pessoa que seja privada de sua liberdade por prisão ou encarceramento terá o direito de recorrer a um tribunal para que este decida sobre a legislação de seu encarceramento e ordene sua soltura, caso a prisão tenha sido ilegal." (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos adotado pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas - 16.12. 1966; aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro por meio do Decreto Legislativo nº 226, de 12 de dezembro de 1991).

Um rápido cotejo da legislação internacional sobre o tema nos permite observar a *práxis* do início da execução da pena em diferentes países. Nos Estados Unidos, mais de 90% das pessoas processadas criminalmente vão presas já na primeira instância, uma vez que a legislação permite que as mesmas realizem acordos, declarando-se culpadas em troca de uma condenação menor e, consequentemente, abram mão de recursos às instâncias superiores. Por sua vez, os condenados em primeira instância, via-de-regra, aguardam presos o julgamento de recursos aos tribunais superiores.

Na Europa, de uma forma geral, os condenados recorrem em liberdade aos recursos interpostos, mas esses são em número muito inferior ao que permitidos pelo ordenamento brasileiro, assim como as instâncias recursais.

Na Holanda, por exemplo, são três as instâncias jurisdicionais, entre elas a Corte Suprema, que somente julga a aplicação da lei. Na França, igualmente, existem três instâncias, mas os recursos para a Suprema Corte

não têm efeito suspensivo sobre a pena, fazendo com que as condenações confirmadas em segundo grau conduzam de imediato o réu à prisão.

Em Portugal os réus só iniciam o cumprimento das penas após o trânsito em julgado da decisão, no entanto existem apenas três instâncias; e apenas crimes com penas superiores a oito anos podem subir ao Tribunal Constitucional, última instância jurisdicional.

Como se pode observar, tanto pelo viés da observância das regras internacionais de proteção e defesa dos Direitos Humanos, quanto pela prática adotada pelas diferentes legislações de países com robusta tradição democrática, já citados, é perfeitamente factível que a prisão em segunda instância, sem prejuízo dos recursos às instâncias superiores venha a ser adotada no Brasil.

No entanto, tal convergência com a legislação internacional, em face da preambularmente citada dúvida semântica em relação ao verdadeiro entendimento do constituinte originário, na redação do inciso LVII do artigo 5º da Constituição da República, demandaria uma alteração do texto constitucional, na forma que precisamente se pretende.

Tal medida, inclusive, já foi proposta pelo insigne Ministro Cesar Peluso, na condição de Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 2011, quanto sugeriu ao parlamento Emenda Constitucional que permitiria o cumprimento de pena privativa de liberdade após condenação em segundo grau de jurisdição.

A proposta que ora se apresenta, assim, tornaria clara e indubitável a redação do referido dispositivo constitucional, fechando as portas para interpretações casuísticas, mesmo que oriundas da Suprema Corte, que geram insegurança jurídica, ou permitem eventuais avanços do Tribunal Constitucional nas prerrogativas do Poder Legislativo; ferindo a harmonia e independência que deve nortear a relação entre os Poderes Republicanos.

A falta de clareza do texto constitucional, que gera divisões no entendimento dos supremos magistrados da nação, abrigados na Suprema Corte, atenta contra a própria ordem institucional, na medida que sinaliza aos cidadãos um ambiente de instabilidade e anarquia, que em nada colabora para a necessária coesão da sociedade em um país complexo como o Brasil.

Assim, a presente Proposta de Emenda Constitucional, para atingir seu desiderato, vem alterar a redação do inciso LVII do artigo 5º da Constituição da República, estabelecendo que ninguém será considerado culpado até o esgotamento da jurisdição perante o Tribunal de segunda instância; que a condenação de primeiro grau, mantida em apelação perante o segundo grau de jurisdição, inverte a presunção de inocência e que, encerrada a jurisdição do Tribunal de segundo grau, o réu deverá iniciar imediatamente o cumprimento da pena determinada, sem prejuízo dos recursos cabíveis à superior instância. Aprovada pelo Congresso Nacional, a alteração constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Finalmente, dada a relevância do tema, e pela necessidade de uma alteração constitucional que afaste as dúvidas de natureza semântica e interpretativa do texto constitucional, ofereça segurança jurídica e constitucional aos réus, ao mesmo tempo em que coíba condutas protelatórias das partes, assegurando uma prestação jurisdicional mais rápida e efetiva, apresentamos a presente Proposta de Emenda à Constituição, para cuja aprovação solicitamos o imprescindível apoio de nossos nobres Pares nas duas Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2018.

Deputado **Onyx Lorenzoni**
Democratas/RS



CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55^a Legislatura 2015-2019)

Conferência de Assinaturas
(Ordem alfabética)

Página: 1 de 5

Proposição: PEC 0411/2018

Autor da Proposição: ONYX LORENZONI E OUTROS

Data de Apresentação: 04/04/2018

Ementa: Altera o inciso LVII do artigo 5º da Constituição da República, dispondo sobre o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	179
Não Conferem	010
Fora do Exercício	000
Repetidas	011
Illegíveis	000
Retiradas	000
Total	200

Confirmadas

1	ABEL MESQUITA JR.	DEM	RR
2	ADAIL CARNEIRO	PP	CE
3	ADELSON BARRETO	PR	SE
4	ADILTON SACHETTI	PRB	MT
5	AFONSO HAMM	PP	RS
6	ALAN RICK	DEM	AC
7	ALBERTO FRAGA	DEM	DF
8	ALCEU MOREIRA	PMDB	RS
9	ALEX CANZIANI	PTB	PR
10	ALEX MANENTE	PPS	SP
11	ALEXANDRE LEITE	DEM	SP
12	ALEXANDRE SERFIOTIS	PMDB	RJ
13	ALIEL MACHADO	PSB	PR
14	ALTINEU CÔRTES	PR	RJ
15	ANDRÉ DE PAULA	PSD	PE
16	ARIOSTO HOLANDA	PDT	CE
17	ARNALDO FARIA DE SÁ	PP	SP
18	ARNALDO JORDY	PPS	PA
19	AROLDE DE OLIVEIRA	PSD	RJ
20	ÁTILA LIRA	PSB	PI
21	AUGUSTO CARVALHO	SD	DF
22	AUGUSTO COUTINHO	SD	PE
23	BENITO GAMA	PTB	BA

24	BETINHO GOMES	PSDB	PE
25	CABO DACIOLO	AVANTE	RJ
26	CABO SABINO	AVANTE	CE
27	CAJAR NARDES	PODE	RS
28	CAPITÃO AUGUSTO	PR	SP
29	CARLOS EDUARDO CADOCA	PDT	PE
30	CARLOS GOMES	PRB	RS
31	CARLOS HENRIQUE GAGUIM	PODE	TO
32	CARLOS MANATO	PSL	ES
33	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
34	CARMEN ZANOTTO	PPS	SC
35	CELSO MALDANER	PMDB	SC
36	CELSO RUSSOMANNO	PRB	SP
37	CÉSAR MESSIAS	PSB	AC
38	CHRISTIANE DE SOUZA YARED	PR	PR
39	CLAUDIO CAJADO	DEM	BA
40	COVATTI FILHO	PP	RS
41	CRISTIANE BRASIL	PTB	RJ
42	DANIEL COELHO	PPS	PE
43	DANIEL VILELA	PMDB	GO
44	DANILO FORTE	DEM	CE
45	DELEGADO EDSON MOREIRA	PR	MG
46	DELEGADO WALDIR	PSL	GO
47	DELEY	PTB	RJ
48	DEOCLIDES MACEDO	PDT	MA
49	DILCEU SPERAFICO	PP	PR
50	DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG
51	DR. JORGE SILVA	PHS	ES
52	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
53	EDUARDO BOLSONARO	PSL	SP
54	EDUARDO CURY	PSDB	SP
55	EFRAIM FILHO	DEM	PB
56	ELIZIANE GAMA	PPS	MA
57	ELMAR NASCIMENTO	DEM	BA
58	ESPERIDIÃO AMIN	PP	SC
59	EVAIR VIEIRA DE MELO	PV	ES
60	EVANDRO ROMAN	PSD	PR
61	FABIO GARCIA	DEM	MT
62	FÁBIO MITIDIERI	PSD	SE
63	FÁBIO SOUSA	PSDB	GO
64	FÁBIO TRAD	PSD	MS
65	FELIPE MAIA	DEM	RN
66	FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	PDT	BA
67	FERNANDO MONTEIRO	PP	PE
68	FLAVIANO MELO	PMDB	AC
69	FLAVINHO	PSC	SP
70	FRANCISCO CHAPADINHA	PODE	PA
71	GEORGE HILTON	PSB	MG
72	GERALDO RESENDE	PSDB	MS

73	GIOVANI CHERINI	PR	RS
74	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
75	GORETE PEREIRA	PR	CE
76	GOULART	PSD	SP
77	HEITOR SCHUCH	PSB	RS
78	HÉLIO LEITE	DEM	PA
79	HERÁCLITO FORTES	DEM	PI
80	HILDO ROCHA	PMDB	MA
81	HUGO LEAL	PSB	RJ
82	IZALCI LUCAS	PSDB	DF
83	JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE
84	JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP
85	JOÃO CAMPOS	PRB	GO
86	JOÃO DERLY	REDE	RS
87	JOÃO GUALBERTO	PSDB	BA
88	JOAQUIM PASSARINHO	PSD	PA
89	JORGE BOEIRA	PP	SC
90	JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SP
91	JORGINHO MELLO	PR	SC
92	JOSÉ CARLOS ALELUIA	DEM	BA
93	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS
94	JOSE STÉDILE	PSB	RS
95	JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA
96	JÚLIO CESAR	PSD	PI
97	JUNIOR MARRECA	PEN	MA
98	JUNJI ABE	PSD	SP
99	JUSCELINO FILHO	DEM	MA
100	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
101	KEIKO OTA	PSB	SP
102	LAERTE BESSA	PR	DF
103	LAURA CARNEIRO	DEM	RJ
104	LÁZARO BOTELHO	PP	TO
105	LEONARDO QUINTÃO	PMDB	MG
106	LINCOLN PORTELA	PR	MG
107	LINDOMAR GARÇON	PRB	RO
108	LOBBE NETO	PSDB	SP
109	LUCAS VERGILIO	SD	GO
110	LUCIANO DUCCI	PSB	PR
111	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS
112	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
113	LUIZ CARLOS RAMOS	PODE	RJ
114	LUIZ NISHIMORI	PR	PR
115	MACEDO	PP	CE
116	MAJOR OLIMPIO	SD	SP
117	MANDETTA	DEM	MS
118	MARCELO AGUIAR	DEM	SP
119	MARCELO DELAROLI	PR	RJ
120	MARCIO ALVINO	PR	SP
121	MARCOS ABRÃO	PPS	GO

122	MARCOS MONTES	PSD	MG
123	MARCOS ROGÉRIO	DEM	RO
124	MARCUS PESTANA	PSDB	MG
125	MÁRIO HERINGER	PDT	MG
126	MIGUEL HADDAD	PSDB	SP
127	MILTON MONTI	PR	SP
128	MISAELE VARELLA	PSD	MG
129	MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO	DEM	SP
130	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
131	NILSON LEITÃO	PSDB	MT
132	NILSON PINTO	PSDB	PA
133	NILTON CAPIXABA	PTB	RO
134	NORMA AYUB	DEM	ES
135	ONYX LORENZONI	DEM	RS
136	OSMAR BERTOLDI	DEM	PR
137	PASTOR EURICO	PHS	PE
138	PAUDERNEY AVELINO	DEM	AM
139	PAULO AZI	DEM	BA
140	PAULO FREIRE	PR	SP
141	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
142	PEDRO CUNHA LIMA	PSDB	PB
143	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
144	RAFAEL MOTTA	PSB	RN
145	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
146	RAQUEL MUNIZ	PSD	MG
147	REINHOLD STEPHANES	PSD	PR
148	REMÍDIO MONAI	PR	RR
149	RENATO MOLLING	PP	RS
150	RENZO BRAZ	PP	MG
151	RICARDO TRIPOLI	PSDB	SP
152	ROBERTO DE LUCENA	PODE	SP
153	ROBERTO SALES	PRB	RJ
154	RODRIGO GARCIA	DEM	SP
155	RONALDO BENEDET	PMDB	SC
156	RONALDO CARLETTO	PP	BA
157	RONALDO LESSA	PDT	AL
158	RONALDO NOGUEIRA	PTB	RS
159	ROSANGELA GOMES	PRB	RJ
160	RUBENS BUENO	PPS	PR
161	SANDRO ALEX	PSD	PR
162	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
163	SÉRGIO REIS	PRB	SP
164	SERGIO SOUZA	PMDB	PR
165	SILAS FREIRE	PODE	PI
166	SÓSTENES CAVALCANTE	DEM	RJ
167	STEFANO AGUIAR	PSD	MG
168	SUBTENENTE GONZAGA	PDT	MG
169	TAKAYAMA	PSC	PR
170	TEREZA CRISTINA	DEM	MS

171	TONINHO PINHEIRO	PP	MG
172	VAIDON OLIVEIRA	PROS	CE
173	VALDIR COLATTO	PMDB	SC
174	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
175	VINICIUS CARVALHO	PRB	SP
176	VITOR LIPPI	PSDB	SP
177	WALNEY ROCHA	PEN	RJ
178	WALTER IHOSHI	PSD	SP
179	WELITON PRADO	PROS	MG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravio, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte,

quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cùjus*;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei,

assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e

fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á *habeas data*:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (*Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (*Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004*)

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015](#))

DECRETO N° 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992

Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição, e

Considerando que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, entrou em vigor internacional em 18 de julho de 1978, na forma do segundo parágrafo de seu art. 74;

Considerando que o Governo brasileiro depositou a carta de adesão a essa convenção em 25 de setembro de 1992; Considerando que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) entrou em vigor, para o Brasil, em 25 de setembro de 1992 , de conformidade com o disposto no segundo parágrafo de seu art. 74;

DECRETA:

Art. 1º. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, apensa por cópia ao presente decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º. Ao depositar a carta de adesão a esse ato internacional, em 25 de setembro de 1992, o Governo brasileiro fez a seguinte declaração interpretativa: "O Governo do Brasil entende que os arts. 43 e 48, alínea d , não incluem o direito automático de visitas e inspeções in loco da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as quais dependerão da anuência expressa do Estado".

Art. 3º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de novembro de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

ITAMAR FRANCO
Fernando Henrique Cardoso

ANEXO AO DECRETO QUE PROMULGA A CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SÃO JOSE DA COSTA RICA) - MRE

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

PREÂMBULO

Os Estados americanos signatários da presente Convenção, Reafirmando seu propósito de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem; Reconhecendo que os direitos essenciais do homem não deviam do fato de ser ele nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana,

razão por que justificam uma proteção internacional, de natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados americanos;

Considerando que esses princípios foram consagrados na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Declaração Universal dos Direitos do Homem e que foram reafirmados e desenvolvidos em outros instrumentos internacionais, tanto de âmbito mundial como regional;

Reiterando que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, só pode ser realizado o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria, se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos; e

Considerando que a Terceira Conferência Interamericana Extraordinária (Buenos Aires, 1967) aprovou a incorporação à próprias sociais e educacionais e resolveu que uma convenção interamericana sobre direitos humanos determinasse a estrutura, competência e processo dos órgãos encarregados dessa matéria,

Convieram no seguinte:

CAPÍTULO II DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

ARTIGO 7 Direito à Liberdade Pessoal

1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais.
2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados-Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas.
3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários.
4. Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da sua detenção e notificada, sem demora, da acusação ou acusações formuladas contra ela.
5. Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.
6. Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura se a prisão ou a detenção forem ilegais. Nos Estados-Partes cujas leis prevêem que toda pessoa que se vir ameaçada de ser privada de sua liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente a fim de que este decida sobre a legalidade de tal ameaça, tal recurso não pode ser restrinido nem abolido. O recurso pode ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa.
7. Ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

ARTIGO 8 Garantias Judiciais

1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.
2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:
 - a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do juízo ou tribunal;
 - b) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada;
 - c) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa;
 - d) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua

escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor;

e) direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei;

f) direito da defesa de inquirir as testemunhas presente no tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos.

g) direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada; e

h) direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.

3. A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza.

4. O acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá se submetido a novo processo pelos mesmos fatos.

5. O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.

DECRETO N° 592, DE 6 DE JULHO DE 1992

Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre
Direitos Civis e Políticos. Promulgação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição, e

Considerando que o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos foi adotado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto do referido diploma internacional por meio do Decreto Legislativo n° 226, de 12 de dezembro de 1991;

Considerando que a Carta de Adesão ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos foi depositada em 24 de janeiro de 1992;

Considerando que o pacto ora promulgado entrou em vigor, para o Brasil, em 24 de abril de 1992, na forma de seu art. 49, § 2º;

DECRETA:

Art. 1º. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de julho de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR
Celso Lafer

ANEXO AO DECRETO QUE PROMULGA O PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS/MRE

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

PREÂMBULO

Os Estados Partes do presente Pacto,

Considerando que, em conformidade com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Reconhecendo que esses direitos decorrem da dignidade inerente à pessoa humana,

Reconhecendo que, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o ideal do ser humano livre, no gozo das liberdades civis e políticas e liberto do temor e da

miséria, não pode ser realizado e menos que se criem às condições que permitam a cada um gozar de seus direitos civis e políticos, assim como de seus direitos econômicos, sociais e culturais,

Considerando que a Carta das Nações Unidas impõe aos Estados a obrigação de promover o respeito universal e efetivo dos direitos e das liberdades do homem,

Compreendendo que o indivíduo, por ter deveres para com seus semelhantes e para com a coletividade a que pertence, tem a obrigação de lutar pela promoção e observância dos direitos reconhecidos no presente Pacto,

Acordam o seguinte:

..... PARTE II

ARTIGO 9

1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. Ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente. Ninguém poderá ser privado de liberdade, salvo pelos motivos previstos em lei e em conformidade com os procedimentos nela estabelecidos.
2. Qualquer pessoa, ao ser presa, deverá ser informada das razões da prisão e notificada, sem demora, das acusações formuladas contra ela.
3. Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença.
4. Qualquer pessoa que seja privada de sua liberdade por prisão ou encarceramento terá o direito de recorrer a um tribunal para que este decida sobre a legislação de seu encarceramento e ordene sua soltura, caso a prisão tenha sido ilegal.
5. Qualquer pessoa vítima de prisão ou encarceramento ilegais terá direito à repartição.

ARTIGO 10

1. Toda pessoa privada de sua liberdade deverá ser tratada com humanidade e respeito à dignidade inerente à pessoa humana.
2. a) As pessoas processadas deverão ser separadas, salvo em circunstâncias excepcionais, das pessoas condenadas e receber tratamento distinto, condizente com sua condição de pessoa não-condenada.
b) As pessoas processadas, jovens, deverão ser separadas das adultas e julgadas o mais rápido possível.
3. O regime penitenciário consistirá num tratamento cujo objetivo principal seja a reforma e a reabilitação normal dos prisioneiros. Os delinqüentes juvenis deverão ser separados dos adultos e receber tratamento condizente com sua idade e condição jurídica.

FIM DO DOCUMENTO